

PARECER TECNICO AMBIENTAL ATIVIDADE BOVINOCULTURA

Em análise técnica do requerimento, e da documentação apresentada pelo Sr. **SIGISMUNDO ALBRECHT** CPF 180.951.600-59, com propriedade rural na Linha Jaboticaba, interior do município de Nova Boa Vista - RS, solicitando a **LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO**, relativa atividade de **Bovinocultura Leiteira**, sistema semi-extensivo plantel de **16 animais**, manejados em 01 (um) galpão criatório com **120,00 m²** (galpão de alimentação, sala de ordenha e resfriamento do leite) e sistema de tratamento de dejetos em 01 (uma) estrutura construída em alvenaria com **30,00 m³**. Imóvel matriculado no CRI de Sarandi sob nº 6.409 com 23,25 ha, Coordenadas Geográficas, Lat. 28°01'06,3"S Long. 52°57'11,8"W. Empresa JR Ambiental Ltda emite o presente parecer técnico.

I. Parecer Técnico:

1. Legislação: Lei Federal nº 6.938/81; Resolução CONAMA 237 de 19/12/1997, Lei Municipal nº 1.241/11 de 27/09/11 e Resolução CMMA nº 001/10 de 28/12/2010;
2. Da análise da documentação apresentada, e da situação fática comprovada em vistoria pública, somos de parecer favorável à **LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO**, relativa atividade de **Bovinocultura Leiteira**, sistema semi-extensivo plantel de **16 animais**, manejados em 01 (um) galpão criatório com **120,00 m²** (galpão de alimentação, sala de ordenha e resfriamento do leite) e sistema de tratamento de dejetos em 01 (uma) estrutura construída em alvenaria com **30,00 m³**. Imóvel matriculado no CRI de Sarandi sob nº 6.409 com 23,25 ha, Coordenadas Geográficas, Lat. 28°01'06,3"S Long. 52°57'11,8"W, mediante o atendimento das condições e restrições:

II. Condições e Restrições

1. Quanto às condições da propriedade:

- 1.1. Deverá ser observada a legislação referente às APP(s) – Áreas de Preservação Permanentes, e atendidas no Art. 4º da Lei Federal nº 12.561, de 25/05/2012;
- 1.2. Imóvel rural em questão deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecidas na Lei Federal nº 11.428 de 22/12/2006, bem como no Decreto Federal nº 6.660 de 21/11/2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
- 1.3. Deverão ser mantidas medidas técnicas, com vistas ao controle das moscas e de outros vetores, no entorno e no interior das instalações;
- 1.4. A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos na propriedade deverá ser conforme prescreve o Receituário Agrônômico e/ou Receituário Veterinário;
- 1.5. Não deverá ocorrer a queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme Lei Estadual nº 9921/93, art.11;
- 1.6. Fica proibida a queima, de resíduos sólidos de qualquer natureza, conforme Portaria nº 02/84 - SSMA de 03/07/1984 ressalvas as situações de emergência sanitária, reconhecidas previamente pelo órgão ambiental competente;
- 1.7. Armazenar **sempre** a medicação em local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separada de **agrotóxicos** e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;

1.8. As embalagens de **medicamentos e ou outros descartes de mesma origem devem** ser armazenados na propriedade (em uma central de resíduos), nas condições previstas no Receituário Veterinário, para posterior destinação a coletor e destinatário habilitado, informando semestralmente, (até dia 15 dos meses de janeiro e julho), durante a vigência da presente LO, as pertinentes, coletas e destinações dos resíduos de que trata este condicionante;

1.9. Deverá ser cientificada a autoridade municipal competente a cerca de quaisquer problemas ambientais que venham ocorrer na área e atividade objeto da presente LO;

1.10. Caso haja encerramento das atividades, deverá ser prevista a recuperação da área do empreendimento e apresentado ao Departamento Ambiental Municipal, com antecedência mínima de 03 (três) meses, o plano de desativação com levantamento técnico do (s) passivo (s) e definições da destinação final do(s) mesmos (s) para local com licenciamento ambiental, acompanhado de cronograma executivo.

2. Quanto à localização e características das construções:

2.1. Deverão estar localizada a, no mínimo, 200 metros de manancial hídrico e 50 metros de nascentes;

2.2. Deverão estar localizada a, no mínimo, 200 metros das habitações e terrenos vizinhos;

2.3. Deverão estar localizada a, no mínimo, 100 metros de estrada;

2.4. Deverão estar localizada a, no mínimo, 600 metros de núcleos habitacionais;

2.5. **No prazo máximo de 90 (noventa) dias 20/05/2013**, o piso do galpão deverá ser reformado, mantido em alvenaria e impermeabilizado, de modo a evitar a ocorrência de rachaduras e trincas;

2.6. As paredes internas e externas devem ser em material rígido não poroso, e com pintura;

2.7. Todas as águas servidas de limpeza e dejetos provenientes da atividade devem ser canalizadas para junto do sistema de coleta e tratamento de dejetos;

3. Quanto ao Manejo dos Resíduos:

3.1. O sistema de depósito e tratamento de dejetos deverá ser com uma capacidade de **30,00 m³**, e os resíduos gerados pela atividade deverão ser destinados para uso agrícola após 120 dias de estocagem (tratamento);

3.2. O sistema de tratamento de dejetos deverá ser operado com uma folga técnica volumétrica de 20%;

3.3. **No prazo máximo de 90 (noventa) dias 20/05/2013**, a área de tratamento de dejetos deverá ser mantida isolada com cerca de tela com, no mínimo, 1,0 (um) metro de altura;

4. Quanto às Características da Área de Aplicação dos Dejetos:

4.1. Deverão ser utilizados os solos com uma boa drenagem interna, não sujeitos a inundação periódica;

4.2. O lençol freático deve estar à pelo menos 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;

4.3. Adotar práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com orientações técnicas.

4.4. As áreas agrícolas receptoras do efluente do sistema de tratamento dos dejetos devem situar-se a uma distancia mínima de 50 metros de estradas e corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes no mínimo a 500 metros de núcleos habitacionais, e no mínimo 100 metros de habitações vizinhas;

4.5. No caso de utilização de resíduos não estabilizados e de resíduos líquidos, deve ser feita a incorporação imediata do mesmo;

4.6. Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente;

Observação: Trata-se de 01 (uma) atividade classificada como de porte “**MÍNIMO**”, e de potencial poluidor “**ALTO**”.

Responsabilidade Técnica

JR Ambiental Ltda
CREA-RS 42421
Telefone: 54-315 6971

Nova Boa Vista/RS, 22 de março de 2013.

Responsável Técnico
Engº Agrônomo e de Segurança do Trabalho
Dario Gusatti CREA-RS 42421
Especialista em Engenharia Ambiental

LICENÇA AMBIENTAL

LICENÇA OPERAÇÃO

LO nº 033 /2013

A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, criada pela Lei Municipal nº. 003 de 1998, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.241/11 de 27/09/11, bem como de acordo com a Lei nº 6.938/81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90, e Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997, Resolução CMMA nº 001/10 de 28/12/2010, **EXPEDE A PRESENTE LICENÇA OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO**, que autoriza:

Processo Administrativo: 419/2012
Protocolo nº1.126 do dia 04/12/12.

Licenciado: **SIGISMUNDO ALBRECHT**
CPF 180.951.600-59
MARCIO HEITOR ALBRECHT
CPF 583.669.460-53

Endereço: Linha Jaboticaba
Interior do município de Nova Boa Vista/RS

VISTO: Vistoria Pública e Parecer Técnico da empresa JR AMBIENTAL CREA-RS 155.125, ART nº 6351344 (Contrato Administrativo), datado de 22/03/2013, manifestando-se favorável segundo o objeto condições e restrições.

OBJETO: Na propriedade rural localizada na Linha Jaboticaba, interior do município de Nova Boa Vista-RS, imóvel matriculado no CRI de Sarandi sob nº 6.409 com 23,25 ha, Coordenadas Geográficas, Lat. 28°01'06,3"S Long. 52°57'11,8"W. **Promover:**

1. **OPERAÇÃO** relativa atividade de **Bovinocultura Leiteira**, sistema semi-extensivo plantel de **16 animais**, manejados em 01 (um) galpão criatório com **120,00 m²** (galpão de alimentação, sala de ordenha e resfriamento do leite) e sistema de tratamento de dejetos em 01 (uma) estrutura construída em alvenaria com **30,00 m³**.

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. Quanto às condições da propriedade:

1.1. Deverá ser observada a legislação referente às APP(s) – Áreas de Preservação Permanentes, e atendidas no Art. 4º da Lei Federal nº 12.561, de 25/05/2012;

1.2. Imóvel rural em questão deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecidas na Lei Federal nº 11.428 de 22/12/2006, bem como no Decreto Federal nº 6.660 de 21/11/2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;

1.3. Deverão ser mantidas medidas técnicas, com vistas ao controle das moscas e de outros vetores, no entorno e no interior das instalações;

1.4. A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos na propriedade deverá ser conforme prescreve o Receituário Agrônômico e/ou Receituário Veterinário;

1.5. Não deverá ocorrer a queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme Lei Estadual nº 9921/93, art.11;

1.6. Fica proibida a queima, de resíduos sólidos de qualquer natureza, conforme Portaria nº 02/84 - SSMA de 03/07/1984 ressalvas as situações de emergência sanitária, reconhecidas previamente pelo órgão ambiental competente;

1.7. Armazenar **sempre** a medicação em local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separada de **agrotóxicos** e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão;

1.8. As embalagens de **medicamentos e ou outros descartes de mesma origem devem** ser armazenados na propriedade (em uma central de resíduos), nas condições previstas no Receituário Veterinário, para posterior destinação a coletor e destinatário habilitado, informando semestralmente, (até dia 15 dos meses de janeiro e julho), durante a vigência da presente LO, as pertinentes, coletas e destinações dos resíduos de que trata este condicionante;

1.9. Deverá ser cientificada a autoridade municipal competente a cerca de quaisquer problemas ambientais que venham ocorrer na área e atividade objeto da presente LO;

1.10. Caso haja encerramento das atividades, deverá ser prevista a recuperação da área do empreendimento e apresentado ao Departamento Ambiental Municipal, com antecedência mínima de 03 (três) meses, o plano de desativação com levantamento técnico do (s) passivo (s) e definições da destinação final do(s) mesmos (s) para local com licenciamento ambiental, acompanhado de cronograma executivo.

2. Quanto à localização e características das construções:

2.1. Deverão estar localizada a, no mínimo, 200 metros de manancial hídrico e 50 metros de nascentes;

2.2. Deverão estar localizada a, no mínimo, 200 metros das habitações e terrenos vizinhos;

2.3. Deverão estar localizada a, no mínimo, 100 metros de estrada;

2.4. Deverão estar localizada a, no mínimo, 600 metros de núcleos habitacionais;

2.5. No prazo máximo de 90 (noventa) dias 27/06/2013, o piso do galpão deverá ser reformado, mantido em alvenaria e impermeabilizado, de modo a evitar a ocorrência de rachaduras e trincas;

2.6. As paredes internas e externas devem ser em material rígido não poroso, e com pintura;

2.7. Todas as águas servidas de limpeza e dejetos provenientes da atividade devem ser canalizadas para junto do sistema de coleta e tratamento de dejetos;

3. Quanto ao Manejo dos Resíduos:

3.1. O sistema de depósito e tratamento de dejetos deverá ser com uma capacidade de **30,00 m³**, e os resíduos gerados pela atividade deverão ser destinados para uso agrícola após 120 dias de estocagem (tratamento);

3.2. O sistema de tratamento de dejetos deverá ser operado com uma folga técnica volumétrica de 20%;

3.3. **No prazo máximo de 90 (noventa) dias 27/06/2013, a área de tratamento de dejetos deverá ser mantida isolada com cerca de tela com, no mínimo, 1,0 (um) metro de altura;**

4. Quanto às Características da Área de Aplicação dos Dejetos:

4.1. Deverão ser utilizados os solos com uma boa drenagem interna, não sujeitos a inundações periódicas;

4.2. O lençol freático deve estar à pelo menos 1,5 metros da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica;

4.3. Adotar práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com orientações técnicas.

4.4. As áreas agrícolas receptoras do efluente do sistema de tratamento dos dejetos devem situar-se a uma distância mínima de 50 metros de estradas e corpos hídricos naturais, mesmo que intermitentes no mínimo a 500 metros de núcleos habitacionais, e no mínimo 100 metros de habitações vizinhas;

4.5. No caso de utilização de resíduos não estabilizados e de resíduos líquidos, deve ser feita a incorporação imediata do mesmo;

4.6. Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente;

Com vistas à renovação da presente LO, deverá ser requerido e apresentado, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

1. Requerimento solicitando a renovação da LO;

2. Cópia desta licença;

3. Laudo Técnico e fotográfico comentado, informando as condições de operação de todo o sistema, (instalações, esterqueira, coleta e transporte dos dejetos, áreas de disposição final dos dejetos);

4. Comprovante de pagamento das taxas de custos ambientais, previstas na Lei Municipal nº 1.241/11 de 27/09/11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

1. Esta **LO** é de caráter **PRECÁRIO**, só é válida para as condições contidas acima até o dia **27/03/2014**, perderá a validade caso os dados fornecidos pelo requerente não corresponderem à realidade, e ou algum prazo pré-estabelecido não for cumprido. Em **ocorrendo REVOGAÇÃO**, fiscalização ambiental municipal, lavrará automaticamente **Auto de Infração Ambiental**, de acordo com a legislação ambiental Municipal em Vigor, que recepçiona a Lei Federal nº 9.605/98, combinada com o Decreto Federal nº 6.514/08;
2. Esta LO não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, ou certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.
3. O Srs. **Sigismundo e Mario Albrecht ficam e são** responsáveis em observar as condições expressas nesta licença, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrente da má utilização da mesma;

OBSERVAÇÃO: Trata-se de 01 (uma) atividade classificada como de porte “**MÍNIMO**”, e de potencial poluidor “**ALTO**”.

Nova Boa Vista/RS, 27 de março de 2013.

Raquel Favero
Gestora Ambiental